

COMUNIDADE E BIBLIOTECA PÚBLICA

aproximações sociológicas para se pensar a emergência contemporânea

Amanda Gomes Bezerra Calheiros¹Universidade Federal de Alagoas
amandacalheiros02@gmail.com**Marcos Aparecido Rodrigues do Prado²**Universidade Federal de Alagoas
marcosprado75@gmail.com

Resumo

A função social da biblioteca pública está estreitamente vinculada a um determinado espaço geográfico para desenvolver ações que integrem demandas de informação, educação e cultura na comunidade. Essa noção fundamental outorga o rol de atributos operacionais das competências políticas legitimadas em processos históricos para essas instituições. Com o objetivo de analisar o contexto teórico qualificado ao sentido de comunidade é que o presente artigo estabeleceu uma reflexão sobre o papel social da biblioteca pública na contemporaneidade. Metodologicamente foi realizada uma pesquisa bibliográfica que se orientou pela revisão de literatura guiada pelos questionamentos apresentados por Rabello (1987), Sperry (1993), Pinheiro (2009) e Milanesi (2013). Como resultado, verificou-se que atualmente as bibliotecas públicas estão perdendo espaços no repertório de interesses de sua comunidade. Failla (2021) constatou essa tendência em duas pesquisas realizadas sucessivamente no Brasil, nos anos de 2015 e 2020. Com isso, o presente estudo recomendou mudanças consistentes de aproximação efetiva da biblioteca pública com a comunidade pela articulação sistemática e propositiva da sua estrutura institucional, envolvendo adequação de conceitos e estudos de comunidade para alinhamento com as necessidades informacionais dos novos tempos.

Palavras-chave: Biblioteca pública. Comunidade. Informação e sociedade. Política e cultura.**COMMUNITY AND PUBLIC LIBRARY**

sociological approaches to thinking about contemporary emergence

Abstract

The social function of the public library is closely linked to a given geographic space to develop actions that integrate demands for information, education and culture in the community. This fundamental notion assigns the list of operational attributes of political competences legitimized in historical processes to these institutions. With the aim of analyzing the theoretical context qualified to the sense of community, this article established a reflection on the social role of the public library in contemporary times. Methodologically, a bibliographical research was carried out, guided by the literature review oriented by the questions presented by Rabello (1987), Sperry (1993), Pinheiro (2009) and Milanesi (2013). As a result, it was found that public libraries are currently losing space in the repertoire of interests of their community. Failla (2021) found this trend in two surveys carried out successively in Brazil, in the years 2015 and 2020. With this, the present study recommended consistent changes in the effective approximation of the public library with the community through the systematic and purposeful articulation of its institutional structure, involving adequacy of concepts and community studies to align with the informational needs of the new times.

Keywords: Public library. Community. Information and society. Politics and culture.

¹ Graduada em Biblioteconomia e Mestranda em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Alagoas, Bibliotecária na Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos.

² Graduado em Biblioteconomia e especialista em Gerência de Unidades de Informação pela Universidade Estadual de Londrina, Mestre e Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Professor Adjunto do Curso de Biblioteconomia e Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Alagoas.



Esta obra está licenciada sob

Creative Commons Attribution 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0).

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem o objetivo de somar às reflexões teóricas dedicadas à biblioteca pública. O seu diferencial está no foco da noção de comunidade para incitar discussões sobre o relacionamento da biblioteca pública com a sociedade contemporânea. Para tanto, buscou-se oferecer repertórios fundamentais a respeito do sentido de comunidade e suas influências às personalidades subjetivas com traços derivados de intermediações tecnológicas.

Compreender a função social da biblioteca pública com a comunidade representa um esforço intelectual para se pautar entendimentos substanciais que justifiquem a existência dessa instituição na contemporaneidade. Pesquisas recentes analisadas por Failla (2021) indicam que cada vez mais o público tem se afastado das bibliotecas públicas, no Brasil. Mas, essa perspectiva será uma tendência frequente? Quais possibilidades de soluções para esse quadro? É reconhecido que tais indagações não são precisamente atuais porque publicações antecedentes e especializadas na Biblioteconomia já indicavam o estado crítico dessa situação.

Assim, considera-se pertinente e necessário o domínio teórico a respeito de comunidade para compreender a dimensão estratégica do papel social da biblioteca pública na realidade contemporânea. É um momento histórico orientado por aparatos tecnológicos nas comunicações e relações sociais em que o espaço geográfico foi ampliado para as interatividades remotas. Mas, a biblioteca pública segue em sua inerte modelagem tradicional, convencionada passivamente à espera de público e operando as suas funções em estruturas ultrapassadas, conseqüentemente obsoletas às demandas e aos interesses atuais.

O estudo foi delineado pelo método de pesquisa bibliográfica, tendo como estímulos os questionamentos apresentados por Rabello (1987), Sperry (1993), Pinheiro (2009) e Milanesi (2013). Pois, estima-se que respostas não precisam ser consensuais, mas sim inspirações que acionem novas perspectivas do pensamento crítico para oportunizar propostas de movimento às mudanças. Desse modo, considera-se que defender a biblioteca pública é assumir um posicionamento político em prol da sociedade, reconhecendo as subjetividades individuais de grupos e pessoas na comunidade.

Todavia, as reflexões críticas dos aspectos sociológicos são fatores pertinentes para oferecer contribuições significativas do papel social atribuído às bibliotecas públicas. É urgente a necessidade de mudanças institucionais para envolver novas incorporações conceituais e estruturais na biblioteca pública da atualidade. Do contrário, a comunidade só

tem a perder com o imobilismo do pensamento crítico que afiança a derrocada institucional da biblioteca pública como um fato consumado à sua inexistência na sociedade contemporânea.

2 ASPECTOS SOCIOLÓGICOS DO SENTIDO DE COMUNIDADE

A ideia fundamental de comunidade projeta uma noção de vivência comum entre pessoas que se integram por relações coletivas para estabelecer vínculos característicos de identidade social. “Dessa interação nascem aspectos novos, o que leva ao progresso, ao aperfeiçoamento e, até, a mudanças” (ULLMANN, 1991, p. 309). Assim, a noção de comunidade não remete à algo estático, mas há implementações dinâmicas das características sociais em decorrências dos frequentes processos humanos que alteram realidades. Para tanto, comunidade “[...] não pode ser uma mera coletividade aleatória de pessoas, é preciso que haja algum tipo de estrutura” (McGARRY, 1999, p. 147).

É certo afirmar que as pessoas se agrupam em comunidades para estabelecer relações interativas pelos laços de vivência social. E esses elos são constituídos por encadeamentos históricos e culturais que fixam traços característicos na personalidade individual. Com isso, a comunidade mantém influência expressiva no desenvolvimento da personalidade humana. Afinal, a comunidade é, na sua essência, mediadora de sentidos e percepções em que as individualidades se formam sorvendo padrões sociais de uma estrutura comunitária. Pois, como reconhecem Dascal e Zimmermann (1987, p. 29, grifo dos autores), “uma comunidade real é uma associação orgânica de personalidades, mas uma personalidade somente pode ser ‘definida por seu relacionamento com o Outro’ (*sic*), dentro de uma comunidade”.

A individualidade se justapõe à comunidade simultaneamente pela convivência no espaço social. Isso porque, “[...] há também em homens individuais comunidade e harmonia de contradições que existem lado a lado” (BUBER, 1987, p. 34). E, nesse processo social de coexistência das diferenças, a personalidade se afirma como fator preponderante das individualidades estabelecendo particularidades subjetivas. São atributos, que de alguma forma, expressam novas incorporações ao repertório social da comunidade, inclusive podendo influenciar mudanças coletivas no curso da convivência. Mesmo envolvendo características subjetivas na individualidade de cada ser humano a influência do lugar é um fator preponderante na sua concepção sociocultural.

Tão logo, os seres humanos são sujeitos sociais com personalidades individuais elaboradas em um processo de relações interativas que demonstram atributos da comunidade para agregar elementos referenciais à identidade. Em consonância absoluta com Ullmann (1991, p. 310) o entendimento deste artigo discorda “[...] frontalmente, dos autores que

sustentam ser o processo de socialização sinônimo de despersonalização ou, pior ainda, processo em que a liberdade e a individualidade da pessoa são suprimidas pela censura dos papéis sociais”.

Para o entendimento plausível de comunidade considera-se pertinente a reflexão de um conjunto de fenômenos que figuram as bases estruturantes dos aspectos sociológicos. É assim que “a produção e a difusão de uma cultura – dominante – são justificadas pelas aparentes necessidades de um grupo, criadas elas mesmas pelo sistema dominante” (FLUSSER, 1980, p. 152-153). O elemento primário para se instituir uma acepção referencial de comunidade tem a ver com a própria dimensão geográfica da abrangência social como fator determinante do lugar onde os vínculos predominam. Pois, “ao contrário dos animais, nascemos dentro de estruturas de aprendizado e comportamento que preexistiam a nós, e as utilizamos para delas extrair informações sobre o mundo e o lugar que nele ocupamos” (McGARRY, 1999, p. 63).

De todo o modo, idealizar uma perspectiva de comunidade remete, em primeiro momento, à projeção mental de cidade e seus segmentos urbanísticos, caracterizados basicamente por perímetros de fronteiras espaciais com nomenclaturas específicas para definir o centro, os bairros, as vilas e os distritos. São estruturas arquitetadas pelas estratégias do urbanismo para rotular as delimitações dos ambientes de integração, e segregação, que ocorrem nas diversas formas de esquemas políticos destinados aos relacionamentos sociais. Com isso, a organização fundamental da cidade incorpora núcleos de centralidade e periferia. “A cidade guarda, então, um segredo que a poucos é revelado: praças, vitrines, jardins, museus e bosques. *Shopping Centers* são os espaços mais secretos das cidades! Todos esses espaços só ficam públicos através de uma luta incessante” (MUSTAFA; MURGUIA MARAÑON, 1992, p. 205, grifo dos autores). Tão logo, a cidade é uma construção fundamentalmente ideológica para organizar as forças de poder e a sua dimensão estrutural converge fatores de inclusão e exclusão sobre a distribuição dos espaços urbanos. Pinheiro (2009, p. 27) oportunamente chama atenção que “cidade é um termo usado, em geral, de forma equivocada, vista como uma coisa homogênea e linear. Uma cidade, antes de tudo, é o produto de suas relações internas e externas que geram modificações constantes e se caracteriza por uma constante divisibilidade”.

É fato que a tendência da urbanização segue progredindo como um fenômeno histórico do crescimento populacional em todo o planeta. O agravante de seus resultados é que as cidades têm concentrado cada vez mais pessoas e essa expansão significativa vem ampliando os desafios governamentais para possibilitar recursos que expressem qualidade de vida.

Giddens (2012, p. 165) chama a atenção quando discorre sobre o fato de que “o desenvolvimento das cidades modernas teve um impacto enorme, não apenas nos hábitos e modos de agir, mas nos padrões de pensamento e sentimento”. A influência das cidades é realmente notável nas personalidades individuais e nas características socioculturais da comunidade, isso porque “as cidades nascem das necessidades sociais do homem e multiplicam tanto os seus costumes como os seus meios de expressão” (MUMFORD, 1961, p. 14). Assim, as cidades, em maior ou menor oferta, dispõem de equipamentos, instituições e uma série de outros aparatos que interferem nas condições de pensamento e sentimento dos seus habitantes, influenciando as relações sociais e afetivas das conexões comunitárias.

A noção referencial de comunidade implica necessariamente em fazer associações imediatas com os espaços urbanos definidos como lugares específicos às vivências humanas. Nesse sentido, as cidades se afirmam como o lugar da comunidade, ou seja, o espaço geográfico estruturado pelo desenvolvimento urbano com condições para oferecer equipamentos e dispositivos fundamentais à educação e cultura. Isso porque “a mente *toma forma* na cidade; e as formas urbanas, por sua vez, condicionam a mente” (MUMFORD, 1961, p. 15, grifo do autor). É uma relação de causa e consequência, nem sempre pacífica porque a natureza humana tem em sua essência os conflitos, internos e externos, para acomodação de sentidos.

No entanto, hoje, mais do que nunca na história da humanidade, os deslocamentos geográficos figuram como fenômenos globais. A celeridade dos transportes e as tecnologias de comunicação e informação (TIC) também são fatores determinantes para se realçar a força dos processos da globalização. E essa dinâmica de fluxos influencia e agiliza a incorporação de novas percepções à ideia de comunidade. Pois, as TIC são recursos imprescindíveis para ampliar a força atrativa dos contatos sociais. Com isso, a comunidade ganha enfoque no ambiente virtual pela conformação de interatividades simultâneas das comunicações remotas. Então, coexistem as comunidades digitais para relacionamentos virtuais em que o lugar é definido no ciberespaço e as comunidades localizadas na dimensão da territorialidade do lugar físico que é circunscrito ao espaço geográfico. Ressalta-se que a comunidade geograficamente definida pelo espaço físico de relações sociais não exclui a existência ativa das interações intermediadas por aparatos das TIC. Pois, “os grupos humanos que dependem da comunicação frente-a-frente têm, forçosamente, que se manter pequenos” (McGARRY, 1999, p. 66). Ou seja, quanto maior for uma cidade, menor será a sua articulação relacional com o sentimento de comunidade localizada. Mas, os grupos sociais passam a ser referência da identidade e essa percepção se dá em ambientes específicos de relacionamentos: locais de

trabalhos, clubes, igrejas, escolas, universidades, dentre outras conformações de agrupamentos característicos.

É neste contexto alvoroçado e perturbador que se dá a urgência para incitar e ampliar discussões a respeito de comunidade. Já que esse termo carrega na sua etimologia um prefixo simbólico que sugere algo em comum, como partilha da unidade existencial. Então, o foco prioritário que delimita o interesse deste artigo consiste unicamente na comunidade de fato que se estabelece como lugar geográfico, fisicamente definido para as interações sociais. Pois, é pela ideia de comunidade que a palavra “lugar” notabiliza uma força alegórica e figurativa para sintonizar a consciência social do pertencimento de alguém a um local específico e geograficamente determinado. Nesse sentido, o lugar é um espaço histórico e cultural porque carrega consigo uma noção de identidade configurada por momentos de avanços, estagnações e, até mesmo, declínios nas relações sociais. É pela ideia de lugar que se pode dimensionar a amplitude das relações sociais em espaços geograficamente localizados, notabilizando a força imperativa do sentido de comunidade.

Mas, que fique claro, a comunidade não é um agrupamento coeso e naturalmente acolhedor. Como observam Mustafa e Murguia Marañon (1992, p. 208), na prática, o entendimento de comunidade implica níveis em que “estão dispersas as relações sociais. Dispersam-se em relações pessoais ou grupais, em que grupos particularizados – de negros, mulheres, índios³, ecologistas, feministas, homossexuais, estudantes – vão compondo as forças sociais”. Essa forma estereotipada de segmentação dos grupos carrega consigo os propósitos de se marginalizar a existência do que é estabelecido como “diferente”, constituindo isolamentos em séries de camadas nas modelagens de estratos sociais. Como resultado, há uma violação notável ao sentido estrito de comunidade pelo desmembramento do que alude à igualdade e partilha dos espaços comuns, afetando diretamente a convivência por relacionamentos equânimes. Mas, em contrapartida, as distorções sociais tendem a provocar situações de organização em grupos específicos para reivindicarem maior participação política na sociedade. “Esses estados de tensão podem penetrar na consciência sob a forma de sentimentos de agitação, ansiedade ou insatisfação” (FEARING, 1987, p. 62). De todo o modo, os grupos sociais passam a exercer um papel de pressão e geram identidades características, coexistindo na estrutura da sociedade, determinando elementos de complexidades socioculturais na vivência comunitária.

Com os estereótipos instituídos na rotulagem de grupos sociais, a comunidade fica partida pela violência da discriminação, do preconceito e da intolerância, gerando

movimentos de hostilidade, perseguição e repressão. Krüger (2004, p. 36-37) reconhece que a base determinante dos estereótipos pressupõe à:

[...] crença coletivamente compartilhada acerca de algum atributo, característica ou traço psicológico, moral ou físico atribuído extensivamente a um agrupamento humano, formado mediante a aplicação de um ou mais critérios, como por exemplo, idade, sexo, inteligência, moralidade, profissão, estado civil, escolaridade, formação política e filiação religiosa.

Como se observa pelo exposto, há uma complexidade estrutural que orienta e determina o funcionamento das relações sociais na comunidade. Em tese, “a intensificação das comunicações e dos contatos sociais permite ao indivíduo cada vez mais a adoção de condutas de outros grupos que não os de sua convivência habitual” (GARCIA, 1975, p. 192). Nada é simples ou estático porque o ser humano intensifica a sua existência ampliando conformações às modelagens sociais em um processo de transformações dinâmicas. De acordo com Velho (2001, p. 15):

Por mais polêmica e discutível que seja a noção de complexidade quando aplicada às sociedades humanas, assimila-se o fato histórico das crescentes heterogeneidade sociocultural, especialização da divisão do trabalho, diversificação e fragmentação de papéis sociais, especialmente nas grandes metrópoles da sociedade moderno-contemporânea.

205

Ainda assim, a essência fundamental de comunidade remete ao espaço de vivência coletiva que incita articulações cooperativas e colaborativas pelo acolhimento entre os sujeitos sociais. Dentre os mecanismos que tendem a permitir unidade de afeto nas relações comunitárias está a dimensão do lugar e suas paisagens para contornar as evidentes discrepâncias. Isso porque o lugar é o espaço privilegiado da memória social. Nem por isso o lugar está imune às mudanças do tempo pela interferência humana em seu meio. Mas, é certo reconhecer que:

Cada aspecto, cada detalhe desse lugar tem um sentido que só é inteligível para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outros tantos aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade, pelo menos o que nela havia de mais estável (HALBWACHS, 2006, p. 160).

O lugar, como espaço geográfico, representa a territorialização que demarca as fronteiras sociais da comunidade, conciliando áreas urbanas e rurais, centralidade e periferia. É na perspectiva do lugar que as paisagens representam ações dinâmicas da interação humana para expressar a orientação de pertencimento social. Com isso, o lugar denota a localização da comunidade para encadeamentos de relações socioespaciais. “É assim que os lugares – combinações localizadas de variáveis sociais – mudam, de papel e de valor, à medida que a história se vai fazendo” (SANTOS, 2012, p. 57). Logo, a ideia de lugar, sob a perspectiva de

localização espacial e geográfica, está, direta ou indiretamente, relacionada ao processo dinâmico para mudanças sociais e, por consequência, estruturais.

Pensar o lugar é atribuir nexos às conformações ecológicas e naturais do meio e seu entorno, adicionando os ingredientes culturais resultantes dos constantes processos da evolução humana. Com isso, “[...] uma paisagem representa diferentes momentos do desenvolvimento de uma sociedade” (SANTOS, 2012, p. 54). Assim, tudo está em movimento na comunidade, ainda que em ritmo descompassado às expectativas de um progresso rápido e avassalador, similar ao que acontece nas grandes metrópoles urbanas. De todo o modo, “o social se forma por percepções e manifestações da vontade e desperta novas percepções e manifestações da vontade” (BUBER, 1987, p. 43). É um ciclo relacional dos sujeitos com os seus espaços sociais em que o lugar assume protagonismo estruturante para desenvolvimento das capacidades humanas. Nesse sentido, Mustafa e Murguia Maraion (1992, p. 204-205) afirmam que “o espaço público precisa ser compreendido não só fisicamente, enquanto praças, ruas, jardins, bibliotecas e museus, mas como movimentos sociais que permitam o confronto de interesses opostos, que são as classes sociais”.

Contudo, não tem como negar, é pela concepção do lugar que a memória social se apropria de espaços para conservar fragmentos retalhados na lembrança. Para tanto, Halbwachs (2006, p. 159) é oportuno em reconhecer que “o lugar ocupado por um grupo não é como um quadro-negro no qual se escreve e depois se apaga números e figuras”. Destarte, o lugar é um atributo de referência e sentido que ocasiona a formação de traços característicos na identidade social.

É comum em diferentes domínios de especialidades haver interesses por pesquisas de aspectos sociais a partir de estudos de comunidade. Procedimentos característicos também são desenvolvidos na Biblioteconomia e na Ciência da Informação. As bibliotecas e as unidades de informação congêneres são estimuladas a identificar com frequência os aspectos sociais das pessoas em que produtos e serviços estão, direta ou indiretamente, disponíveis para utilização coletiva. Com isso, os estudos de comunidade “[...] possuem caráter descritivo e abrangente, em que a necessidade de coleta de diversos dados para a compreensão da configuração da estrutura social como um todo é um princípio metodológico” (OLIVEIRA; MAIO, 2011, p. 522).

Desse modo, os estudos de comunidade se tornam instrumentos estratégicos para realçar a gestão institucional em todas as especificidades de bibliotecas. Assim, esse tipo de estudo tem caráter gerencial para se delinear os processos administrativos que visam contribuir com tomadas de decisões mais assertivas.

[...] pois, como qualquer organização, a biblioteca existe para realizar funções específicas, as quais foram suficientemente valiosas, na época do seu início de funcionamento, para justificar a sua criação, e que, supostamente, continuam a motivar a sobrevivência e o crescimento da biblioteca (FIGUEIREDO, 1994, p. 65).

Entretanto, para muitos especialistas, o desenvolvimento dos estudos de comunidade não outorga resultados congruentes com a realidade para se alcançar efeitos promissores. Há críticas que evidenciam “[...] as limitações do enfoque isolacionista recortando a comunidade desconectada da sociedade global” (GOLDWASSER, 1974, p. 69). Dessa forma, muitos pesquisadores acadêmicos consideram que os estudos de comunidade determinam equívocos por não associarem o contexto da localidade investigada em uma análise comparativa com as influências ampliadas e globais. Outro aspecto crítico dos estudos de comunidade tem a ver com que os dados levantados a partir de estruturas generalizadas, priorizando recortes homogêneos, em detrimento das subjetividades de grupos sociais específicos. Para Santos (2012, p. 55) “a interpretação de um espaço ou de sua evolução só é possível por meio de uma análise global que possa combinar simultaneamente [...] – forma, estrutura e função – porque a relação não é só funcional como estrutural”. É corolário que qualquer pesquisa social precisa estar orientada com o rigor criterioso para acurar as múltiplas características de manifestações da diversidade humana e isso inclui o arranjo dimensional dos estudos de comunidade.

207

Notadamente, se observa a prevalência da complexidade como fator resolutivo para identificar e assimilar os meandros que abarcam o macrocosmo social da comunidade. Por isso mesmo, é um desafio permanente que as bibliotecas têm assumido para aprimorar as abordagens metodológicas de estudos da sua população usuária, especialmente no que diz respeito à comunidade que a acolhe como instituição sociocultural.

3 BIBLIOTECA PÚBLICA E O SEU PAPEL SOCIAL

As bibliotecas públicas são equipamentos culturais que objetivam proporcionar o acesso aos diversos tipos de recursos de informação. Gomes (1982, p. 15) esclarece que “o conceito de biblioteca está sempre estreitamente relacionado ao conceito de cultura, em sua acepção tradicional, como toda manifestação intelectual de uma sociedade”. Isso porque as bibliotecas públicas são organizações de estrutura política com missão institucional orientada ao atendimento da comunidade.

Dessa forma, o adjetivo *pública*, que contemporaneamente se juntou ao nome da biblioteca, não corresponde apenas ao desejo de identificá-la como organismo mantido pelo governo ou por entidades particulares, mas aberto a todos os interessados (MARTINS, 1996, p. 325, grifo do autor).

Não há dúvidas de que o conceito de biblioteca pública precisa ser revigorado para expressar um significado contemporâneo que remeta sentido à sua importância estratégica na comunidade. De todo o modo, “a biblioteca pública, assim como a escola, a delegacia e o centro de saúde, é um serviço público tradicional e conhecido do morador da cidade. Isso não significa que seu papel esteja claro e tampouco seja imutável” (PINHEIRO, 2009, p. 27). Com isso, busca-se uma noção de atualidade fundamental das bibliotecas públicas para realçar a sua conexão institucional às necessidades socioculturais da comunidade. Pois, como reconhece Valentim (2016, p. 19), “[...] as transformações sociais, culturais, científicas e tecnológicas têm impactado diretamente as estratégias de ação, a mediação da informação, os objetivos dos serviços prestados e as finalidades dos produtos elaborados aos diferentes públicos”.

E, para realizar a sua função social, as bibliotecas públicas devem coordenar ações estratégicas visando beneficiar uma amplitude de pessoas agrupadas em espaços com limítrofes geográficos determinados. Mas, tais demarcações que estabelecem os contornos territoriais para atuação institucional não revelam precisamente a extensão dos desafios impostos às bibliotecas públicas. “A criação das mesmas, portanto, requer que haja condições propícias para que sejam assimiladas pela sociedade em que estão inseridas” (NOGUEIRA, 1983, p. 206). É por essa relação de vínculo social que as bibliotecas públicas integram o aparato de dispositivos voltados à educação e cultura na comunidade. Porém, na prática, “a biblioteca pública ainda trabalha voltada exclusivamente para a disseminação, para a promoção da leitura. Esse objetivo não pode ser negado a ela, mas não pode ser entendido como único a ser considerado e implantado” (ALMEIDA JÚNIOR, 2013, p. 84).

Sendo assim, a noção de sentido que se atribui ao vocábulo “biblioteca pública” qualifica ideia de atenção institucional dedicada às necessidades informacionais, educativas e culturais para as diversas esferas sociais. Nessa perspectiva, é possível romper com as atribuições históricas em que as reformas educacionais no Brasil impuseram à função e ao entendimento do senso comum, orientando noção “[...] de pública a biblioteca só tinha o nome, já que a prioridade, por força das circunstâncias, era aplicada no processo educativo” (SUAIDEN, 2000, p. 55). Desse modo, a biblioteca da contemporaneidade repercute em uma amplitude funcional de maior envergadura. Afinal, “a biblioteca pública é aquela que atende a todos os tipos de público, sendo crianças, jovens e adultos” (RAMOS, 2017, p. 35). E essa variedade de segmentos sociais concentra a formulação substancial dos desafios institucionais porque delinea uma amplitude de proporção mastodôntica, ao se ter como base referencial a

consciência de comunidade, inclusive reconhecendo as suas complexidades adversas que envolvem aspectos políticos e socioculturais.

Isso porque a biblioteca pública está historicamente arraigada ao consenso de servir a todas as manifestações de interesses da comunidade à qual mantém vínculos políticos e institucionais. E essa totalidade é sortida por aspectos diversificados que favorece universalizações generalizadas em detrimento das particularidades subjetivas que são características de demandas individuais dos usuários e também de grupos sociais específicos. Pois, ao se pensar o sentido de comunidade idealiza-se fundamentalmente a reunião majoritária de atributos do que é comum a um determinado conjunto de pessoas que coabita espaços de vivências com elo às relações compartilhadas e aos traços similares nas identidades sociais características. Contudo, “[...] os problemas sociais da comunidade são oriundos dos conflitos entre atitudes, valores, personalidades, instituições e grupos econômicos, sociais, políticos e culturais” (SUAIDEN, 1995, p. 17). Logo, não há uniformidade absoluta na essência que formula a utopia social de sentido pacificador ao termo comunidade pela exclusão dos embates e conflitos internos que geram desigualdades de força e poder.

209

Apesar de as bibliotecas públicas terem expectativas tão amplas para se cumprir os desígnios que orientam a sua missão institucional não há compatibilidade efetiva de reconhecimento dos gestores políticos. Com isso, dentre todas as limitações e os desafios impostos à realidade institucional das bibliotecas públicas, há de se salientar “[...] falta de recursos e políticas efetivas para a execução de sua extensa diversidade de ações” (ARAÚJO, 2022, p. 71). Há notoriamente um desprezo entranhado no poder público de negar oportunidades ao desenvolvimento da biblioteca pública, resultando em uma instituição alienada das prioridades políticas na comunidade.

Esse desinteresse estatal com a biblioteca pública é uma legitimação recorrente da negligência política com educação e cultura. Com isso, tem sido um longo e árduo processo histórico de:

[...] omissão, descaso, pouco investimento, pouca renovação dos quadros de pessoal, contribuindo para que as bibliotecas públicas estejam cada vez mais distanciadas dos setores populares, deixando, assim, de cumprir sua função primordial: socialização de informações com vistas a ampliar os direitos de cidadania entre os indivíduos (FERREIRA, 2006, p. 116-117).

O menosprezo persistente às bibliotecas públicas pelas diferentes instâncias governamentais acarretou na sua desarmonia funcional com a própria comunidade. Ao se ponderar os elementos da arquitetura de uma cidade verifica-se que “a biblioteca pública

ainda não faz parte da paisagem urbana como o fazem o correio, o banco, a igreja e o hospital” (BIBLIOTECA..., 2000, p. 28). Não pertencendo à centralidade dos equipamentos instituídos como prioritários na comunidade, ela fica alheia ao protagonismo das relações sociais, muitas vezes sequer será um ponto de referência na localização urbana.

Privada de exercer a sua função social na comunidade a biblioteca pública deixa uma lacuna deplorável na realidade cotidiana. Sem que haja outra instituição para mitigar a ausência de uma biblioteca pública atuante e comprometida com a sociedade, a população, consciente ou inconscientemente, declina em recursos de informação para solidificar aspectos de educação e cultura. E a internet, por melhor recurso tecnológico que seja, não substitui na integralidade a existência dos processos oferecidos pela biblioteca pública. Pois, como advoga Pinheiro (2009, p. 29), “a demanda por informação, a formação de leitores e a necessidade de fruição de um espaço cultural são fatores que colocam a biblioteca e seus mediadores (bibliotecários e demais funcionários) como itens de vital importância para a vida de uma cidade”.

Defender a biblioteca pública é um ato eminentemente de resistência política. A sua inanição afeta e sucumbe a sociedade como um todo, maculando os fatores sociais que implicam na cidadania efetiva pelas liberdades individuais de assimilação de repertórios indispensáveis à consciência crítica. É inquestionável o fato de a biblioteca pública deliberar “[...] potencial transformador ao representar um espaço de encontro e de diálogo em meio à diversidade cultural e de dispositivos tecnológicos, que resultam na diversificação dos modos de produção e circulação de elementos culturais” (RASTELI, 2019, p. 85).

Então, é preciso engajamento teórico para instigar o desenvolvimento de ações práticas que renovem os compromissos sociais da biblioteca pública, a começar pelo alinhamento desta instituição com a própria comunidade. Para tanto, julga-se pertinente estimular indagações que busquem responder “Qual a função da biblioteca pública na nossa sociedade?” (RABELLO, 1987, p. 19). Por certo, uma resposta consensual não será alcançada. Mas, o debate motiva inquietude produtiva para se gerar manifestações que explicitem os anseios dos equipamentos públicos nos interesses sociais. E esse processo efervescente do pensamento torna propício o aflorar de novas questões repercutindo sobre “Qual o papel da biblioteca pública em cidades onde as necessidades de cada região diferem substancialmente?” (PINHEIRO, 2009, p. 27). Assim, a realidade atual se imporia em ávidas reflexões para se buscar entendimentos pertinentes a respeito de perguntas sobre “Quais seriam então as razões da perda de terreno das bibliotecas públicas?” (SPERRY, 1993, p. 169).

É evidente que as bibliotecas públicas passam hoje por um momento sensível, talvez seja a sua fase de maior desafio institucional para seguir existindo e funcionando adequadamente. Por certo, a biblioteca pública é o tipo de unidade de informação que menos se modernizou aos novos tempos. Ao se tomar como base a situação brasileira, verifica-se que “ela, nos últimos tempos, progressivamente, perdeu seu público e [...] está quase vazia. A sua conformação e a sua organização espacial situam-se no padrão que pouco mudou desde 1811, quando foi criada em Salvador a primeira biblioteca pública no Brasil” (MILANESI, 2013, p. 61).

As tecnologias moldaram transformações substanciais no aparato informacional e também nas formas interativas da sociedade, afetando diretamente todas as pessoas em suas distintas comunidades. Sim! O mundo contemporâneo é tecnológico, globalizado e aderiu sistematicamente às comunicações simultâneas nas relações sociais. As TIC formataram novos recursos para assimilação de conteúdo e relacionamentos interativos. Enquanto isso as bibliotecas públicas ainda persistem em estruturas de organização e funcionamento que são ingredientes de receitas obsoletas às novas demandas da atualidade. Em parte, essa situação responde ao questionamento provocado por Sperry (1993). Como constatação, Faila (2021) apresenta dados estarrecedores que acometem a realidade das bibliotecas públicas brasileiras. Na mais recente pesquisa Retratos da Leitura no Brasil verificou-se que “apesar de 47% dos brasileiros com 5 anos ou mais saberem que existe uma biblioteca pública em seu bairro ou sua cidade (em 2015 eram 55%), somente 4% dizem que a frequentam sempre e 13% que frequentam às vezes” (FAILLA, 2021, p. 33).

Não é somente uma percepção hipotética de pessimismo a respeito do declínio de interesse social em manter laços efetivos com a biblioteca pública. É uma certeza ratificada em estudos sistemáticos. Sperry (1993, p. 169) sugere que possibilidades de soluções “[...] deveriam ser buscadas nos motivos de sua ocorrência, pois provavelmente, o conhecimento dos mesmos ajudaria a resolvê-los”. Entretanto, a mudança desse quadro é urgente e exige parcerias estratégicas que envolvem diversos agentes, a começar pela universidade na formação acadêmica de Biblioteconomia. Mas, a pós-graduação também deve se inserir nesse processo de reflexão crítica para ampliar enfoques de mudanças transformadoras. Com isso, é possível amenizar ou reverter a situação de desalento nas bibliotecas públicas, em médio ou longo prazo, sabendo que “é urgente conscientizar o bibliotecário de que o objeto de sua profissão é a informação e, portanto, deve agir como catalisador e difusor do conhecimento dentro da comunidade, advindo daí seu potencial político como ator e autor de mudanças sociais” (TARGINO, 2020, p. 12).

Desse modo, considera-se pertinente viabilizar a sensibilização da Biblioteconomia e da Ciência da Informação pela indagação exortada por Pinheiro (2009). E que esse movimento propositivo acione instâncias políticas e sociais para reivindicar novas configurações que fortaleçam as condições de entrosamento da biblioteca pública na comunidade. É óbvio que tudo isso só é possível por uma nova acepção conceitual que encadeie teorias fundamentais com práticas necessárias aos interesses da comunidade, acrescentando as responsabilidades financeiras das esferas governamentais para custear o pleno funcionamento da biblioteca pública. Milanesi (2013, p. 65-66) reconhece que “as políticas culturais, no Brasil, na prática nunca deram prioridade às bibliotecas públicas e ao acesso à informação”. Mas, do ponto de vista conceitual, para ser efetivamente uma biblioteca pública, alguns parâmetros básicos precisam ser contemplados a esta modelagem institucional. Não é possível admitir que sejam considerados como biblioteca pública meras instalações figurativas que disponham unicamente de armários com quaisquer tipos de livros em salas fechadas, caracterizando apenas uma espécie de depósitos para armazenagem de recursos bibliográficos. Pois, infelizmente, “[...] existem municípios nos quais a biblioteca pública localiza-se ‘atrás da mesa do prefeito’ ou que, provisoriamente, por falta de espaço foi alocada no banheiro de alguma repartição pública” (ALMEIDA JÚNIOR, 2013, p. 89, grifo do autor). Entretanto, é plenamente sabido que biblioteca, para assim ser reconhecida, precisa de organização funcional visando atender demandas informacionais específicas de sua comunidade. Ainda que haja intenção de boa vontade, “o prefeito, ou qualquer outro dirigente municipal, pode ter um pensamento que não é, necessariamente, o mesmo, em relação à biblioteca, que o do bibliotecário” (MILANESI, 1989, p. 96).

212

Por isso mesmo, buscando estabelecer uma concepção de padrão uniforme, o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), em 2021, emitiu uma resolução com os parâmetros a serem adotados para a estruturação e o funcionamento das bibliotecas públicas. Nesse documento ficou estabelecida a definição referencial que atribuiu noção ao significado de biblioteca pública como “[...] centro local de informação, de pesquisa e de leitura, mantida pelo poder público, na qual as pessoas têm a liberdade de acesso universal ao conhecimento e à produção cultural por meio dos bens informativos em todos os seus suportes e linguagens” (CONSELHO..., 2021, p. 222). Trata-se especificamente da Resolução número 245, de 24 de novembro de 2021, devidamente publicada no Diário Oficial da União (DOU) para legitimar notoriedade. Outro aspecto importante coberto por essa Resolução do CFB tem a ver com os fundamentos exigidos às instituições qualificadas como biblioteca pública, abrangendo termos designados à observância das referências legais e os padrões básicos de qualidade e de

acessibilidade. Verifica-se que o conceito estabelecido pelo CFB (2021) identifica a biblioteca pública como um centro local acessível à comunidade e necessariamente vinculado ao orçamento das esferas governamentais para aporte financeiro.

O CFB, como entidade reguladora da atividade profissional de bibliotecários, teve uma iniciativa louvável por formular a Resolução mencionada. Mas, é preciso que as instituições acadêmicas sigam estabelecendo estudos teóricos e pesquisas exploratórias para ofertar discussões e monitoramentos das tendências conceituais compatíveis à realidade dinâmica da sociedade contemporânea. Embora, Suaiden (2000, p. 56) revela que “a multiplicação das escolas de biblioteconomia não foi um fator determinante de melhores condições para o acesso da população carente às fontes de informação”. Por isso mesmo que considera-se necessário reconhecer a biblioteca pública com sua função institucional delineada a um espaço urbano específico e o qual é formado por estruturas de processos históricos, culturais e políticos. A biblioteca pública deve ser identificada como mediadora das necessidades informacionais e socioculturais, considerando os diferentes grupos sociais e também as especificidades de regiões que remetem à noção de cidade como espaço de vivência coletiva. Milanesi (2002, p. 56) preconiza ser ideal que “para cada grupo humano segmentado em interesses deve haver uma organização delineada não por especialistas em técnicas, mas especialmente conhecedores do público específico e do universo de conhecimento que a ele possa se interessar”.

Logo, não é possível monopolizar o desenvolvimento das ações promovidas pela biblioteca pública nas regiões centrais da cidade em detrimento das periferias urbanas. Nem mesmo é admissível as restrições físicas que tradicionalmente limitam o funcionamento das bibliotecas públicas. É preciso projetar uma expansão articulada em parcerias estratégicas com escolas (públicas e privadas), associações de bairros, organizações não governamentais, bibliotecas comunitárias, sindicatos e associações profissionais, entidades religiosas, hospitais, presídios, orfanatos, asilos, dentre outros organismos que congregam moradores da cidade. Contudo, “as mudanças poderão vir, mas não mediante o uso das ferramentas tradicionais das bibliotecas. A biblioteca do século XXI pede alternativas” (MILANESI, 2013, p. 63). Pois, a remodelagem estrutural da biblioteca pública exige uma intervenção nas referências conceituais para potencializar a sua dimensão socializadora, atribuindo noções fundamentais do papel político dessa instituição.

Nessa perspectiva, há um desdobramento de ações e eventos que possam repercutir em longo e profícuo processo de integração da biblioteca pública com a sua comunidade. Somente pela ligação efetiva com a sociedade é que a biblioteca pública poderá reconhecer

nuances específicas da sua localidade coletiva para idealizar e realizar processos mediadores de ação cultural. Ou seja, “a biblioteca verdadeiramente pública é a transformação estrutural da biblioteca tal como existente hoje, em uma que participe do processo de dar a palavra ao não público” (FLUSSER, 1980, p. 133). Sim! É preciso saber quem é e onde está o público não usuário da biblioteca pública para atraí-lo à possibilidade de categoria de público efetivo.

Somente pelo engajamento social é que a biblioteca pública poderá notabilizar a sua participação na comunidade para gerar demandas de interesses em produtos e serviços. Por essa perspectiva, compreende-se que o indivíduo representa um sujeito socialmente referenciado por compartilhar do senso de pertencimento a um lugar cultural em que o sentido das linguagens estabelece a matriz da sua identidade social. No entanto, em uma sociedade marcada por processos históricos de um capitalismo idealizado para estruturar desigualdades, é na biblioteca pública que as “[...] diferenças sociais, econômicas e culturais são amenizadas” (VALENTIM, 2016, p. 23). A vista disso, o indivíduo representa um ponto articulador do senso de comunidade, não é um ser alheio ao tempo histórico e ao espaço geográfico na influência de traços culturais que expressam a memória coletiva. Desse modo, se faz importante entender o termo comunidade como sendo “[...] agrupamentos de pessoas que vivem numa área delimitada, tendo em comum aspectos geográficos, econômicos e/ou culturais que lhes conferem certa uniformidade no estilo de vida” (STUMPF, 1988, p. 18). E que essa ideia de agrupamento possa ser potencializada pelo mote de congregação e comunhão em sintonia com a identidade característica de uma ligação histórica e cultural.

É por essa iniciativa engajada e atuante que o questionamento de Rabello (1987) possa resultar em uma argumentação momentânea a respeito da função da biblioteca pública na nossa sociedade. Sim! Uma noção momentânea porque a sociedade é essencialmente dinâmica às mudanças. E essa realidade efêmera e transitória deve ser compreendida pelos estudos macros e micros desenvolvidos frequentemente na gestão estratégica das bibliotecas públicas, sem achismos e prescrições de receitas impositivas. “Seja como for, a democratização e a socialização da biblioteca pública são, em nossos dias, uma realidade indiscutível” (MARTINS, 1996, p. 331).

Apesar da importância significativa que a tecnologia mantém nos dias atuais, não pode ser esta configuração de recurso a única opção notabilizada nas estratégias da biblioteca pública. Pois, a existência do espaço físico se apresenta como ambiente primordial para realizar socializações interativas entre os diversos grupos de pessoas e convergência de manifestações da diversidade humana. Para Milanesi (2002, p. 78), a biblioteca pública tem condições de

[...] juntar num mesmo local não só os acervos, mas auditório para apresentação de peças de teatro, recitais, exibição de filmes, exposições, palestras... E outros espaços para cursos, grupos de estudos, oficinas de produção artística.

Notadamente, se percebe que a biblioteca pública pode e deve ampliar a sua capacidade simbólica de ressignificação do acesso à informação e à cultura na sociedade por sortidos mecanismos didáticos e educacionais. Com isso, o bibliotecário que atua em biblioteca pública se torna efetivamente protagonista de uma engajada transformação social. Assim, passa a exercer, com responsabilidade e critérios pedagógicos, a

[...] função de educador, dentro de determinados objetivos definidos democraticamente pela comunidade, assumindo não apenas o encargo puro e simples da disseminação de informações, mas, sobretudo, acentuando o escopo cultural das mesmas: as significações e o universo relacional no qual os dados, enquanto elemento primário das informações, efetuam suas transações e transições (TARGINO, 1991, p. 157).

É por esse elo social que o bibliotecário promoverá a articulação institucional da biblioteca pública como equipamento convergente de educação e cultura, atribuindo a informação como insumo substancial da consciência crítica. Não havendo sintonia de identidade e ligação da biblioteca pública com significativa parcela de seus usuários desata-se qualquer perspectiva de integração possível. Nesse contexto negativo há uma tendência de mera formalidade funcional da biblioteca pública que ao apelar pelo formato tradicional de relacionamento social implica na esterilização da vivência participativa da comunidade. Entretanto, essa obsoleta modelagem já não atende demandas básicas da população assistida porque “[...] necessita de uma reformulação em sua concepção e ação. Existe uma consciência clara de um divórcio entre a biblioteca e a sociedade” (RABELLO, 1987, p. 32).

Essa percepção insatisfatória dos usuários às formas arraigadas nas convenções ultrapassadas da biblioteca pública é notabilizada por vários estudos da Biblioteconomia e Ciência da Informação. Isso porque “toda a literatura sobre biblioteca pública no Brasil aponta para a necessidade de uma transformação estrutural na sua política de serviços informacionais” (FEITOSA, 1998, p. 57-58). De todo o modo, a demanda de maior expressividade nas bibliotecas públicas brasileiras tende a predominar um segmento específico que é estudantil. Milanesi (1983, 1989, 2002) e Suaiden (2000) identificam essa situação como escolarização da biblioteca pública. Dessarte, há uma evidente deturpação funcional. Pois, “no Brasil, as bibliotecas públicas têm atuado como bibliotecas escolares, uma vez que a maioria das escolas públicas não possuem bibliotecas” (VALENTIM, 2016, p. 23). Por várias circunstâncias inerentes, é lamentável admitir a compulsoriedade que determina o relacionamento formal das pessoas que se utilizam de produtos e serviços oferecidos pelas bibliotecas públicas. Com isso, é inegável reconhecer que “os usuários de

bibliotecas públicas frequentam-na mais por um dever imposto do que por necessidade” (MILANESI, 1997, p. 229).

Trata-se de um quadro perplexo de omissão e conformismo para sustentar a viabilidade de existência aos equipamentos culturais congêneres às bibliotecas públicas. Não há dúvidas do quanto se faz necessário e urgente em mudar essa realidade desconexa do interesse social. A valorização da biblioteca pública começa com ações que incitem à consciência de protagonismo social dos profissionais bibliotecários, processo crítico e elucidativo que deve ser iniciado durante a sua formação acadêmica. Mas, “precisamos ter um olhar mais questionador a respeito do protagonismo. Não podemos entendê-lo como algo a se buscar, acreditando que ele se dará de maneira plena, total. Ao contrário, tem ele limites, entraves, obstáculos” (ALMEIDA JÚNIOR, 2017, p. 53).

Apesar dos desafios eminentes, é pela ideia de protagonismo social que a ação bibliotecária se mostra consciente com a dimensão da sua responsabilidade em mediar a informação. Pois, de acordo com Gomes (2017, p. 27), “o protagonismo social representa caminho humanizador do mundo e, portanto, promissor da construção ética de relações sociais capazes de assegurar o espaço crítico, de dialogia, criatividade e alteridade”. Tudo isso sabendo que a realidade se apresenta com situações complexas que exigem sensibilidades específicas. O período de formação profissional tende a ser catalisado em subsídios da abstração teórica, nem sempre favorecendo os contatos empíricos da práxis bibliotecária. Refletindo tal aspecto, Suaiden (1987, p. 41) observou “[...] que há a teoria, aquilo que a gente pensa como deve ser uma biblioteca pública, quando estamos estudando Biblioteconomia; e há realidade, que é muito diferente”.

Apesar de haver importância substancial no complemento da teoria com a prática exalta-se a habilidade crítica e a capacidade de respostas operacionais de lidar com a diversidade como fatores preponderantes na atuação bibliotecária. Trata-se da elaboração intrínseca do campo das ideias, propício para se formular o imaginário das expectativas, com a imposição do real visando aplicações prementes e concretas. Essa dicotomia entre teoria e prática não é uma circunstância que desafia apenas o profissional contemporâneo porque é historicamente uma preocupação assídua da Biblioteconomia e de tantos outros domínios de especialidades. Fonseca (2007, p. 97) destaca que “a formação bibliotecária esteve sempre polarizada entre a erudição e a técnica”. De todo o modo, é incontestável legitimar a identidade relacional da biblioteca pública com sua comunidade usuária. Mas, visando esse propósito, Milanesi (2002,

p. 80) alerta para que “a garantia do bom desempenho vai depender do conhecimento que ela tem de si e do meio em que atua”. Em outras palavras, estudo de usuários e de comunidade são fatores estratégicos e não meros procedimentos metodológicos realizados sem o merecido rigor de critérios e de forma aleatória. Andrade e Magalhães (1979, p. 51) expressam pertencimento da biblioteca pública na sociedade como “[...] uma instituição ‘do povo e para o povo’, mas as decisões são tomadas sem qualquer participação – e mais do que isso, sem o conhecimento – dos membros da comunidade”. E nesse aspecto, quanto maior for o conhecimento teórico do bibliotecário para empreender os procedimentos técnicos e metodológicos de estudos de usuários e comunidade maior será a probabilidade de sucesso na análise contextual dos resultados obtidos em pesquisa. Ocasionalmente, enlace perfeito da teoria com a prática em benefício da própria comunidade usuária das bibliotecas públicas.

Inerente às reflexões acerca de comunidade e biblioteca pública é urgente acrescentar nesse processo de elucubração o questionamento de Milanesi (2013, p. 66) indagando sobre “[...] o que substituirá as bibliotecas de livros e revistas impressos?”. É uma busca para se cogitar entendimentos do futuro das próprias bibliotecas públicas e da sua função social com a comunidade. É certo que institucionalmente a biblioteca pública precisa se modernizar para frear o desinteresse das pessoas em fazer uso de produtos e serviços por ela oferecidos. E essa inovação deve contemplar os formatos de recursos informativos disponibilizados para acesso na biblioteca pública, permitindo “[...] ser atualizada continuamente com oportunas aquisições, pois de outro modo perde sua utilidade, eficácia e importância” (SERRAI, 1975, p. 153). Não há dúvidas quanto aos desafios a respeito, mas também se percebe uma oportunidade estratégica de revolução às bibliotecas públicas e “a transformação mais visível é a mudança do acervo que se adapta às novas necessidades” (MILANESI, 1989, p. 97). No entanto, essa transformação tem custos financeiros que precisam do amparo permanente das esferas governamentais e de políticas públicas consistentes. A biblioteca pública não pode ser entendida ou assistida como um ato de benevolência e sim reconhecida como uma organização informacional que visa abrandar os desequilíbrios socioculturais na comunidade. E o seu futuro implica diretamente na paisagem da memória social.

217

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desenvolver reflexões teóricas a respeito do pesquisas que oferecem dados e traços específicos dos comportamentos informacionais para viabilizar a oferta de produtos e serviços.

As bibliotecas públicas lamentavelmente estão cada vez mais vulneráveis ao desinteresse da comunidade. Dentre os fatores para essa situação está o descaso governamental e a obsolescência do seu funcionamento institucional. É necessário que a relação da biblioteca pública com a comunidade seja repactuada por conceitos fundamentais da contemporaneidade. Igualmente se espera que o poder público seja provocado e motivado a valorizar essa instituição.

Julga-se pertinente que sejam ampliadas as contribuições teóricas com publicações especializadas em domínios da Biblioteconomia e da Ciência da Informação com temáticas que se dediquem às bibliotecas públicas. E que esses estudos possam influenciar a formação acadêmica e a consciência crítica de bibliotecários mais engajados, resultando em ações efetivas com as práticas da biblioteca pública na comunidade. Então, que o presente artigo seja um elemento referencial para fortalecer o sentimento de protagonismo social da classe bibliotecária em valorização iminente da biblioteca pública.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Biblioteca pública: avaliação de serviços**. 2. ed. Londrina: UEL, 2013.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Ação cultural e protagonismo social. *In*: GOMES, Henriette Ferreira; NOVO, Hildenise Ferreira (org.). **Informação e protagonismo social**. Salvador: UFBA, 2017. Cap. 3. p. 45-58.

ANDRADE, Ana Maria Cardoso de; MAGALHÃES, Maria Helena de Andrade. Objetivos e funções da biblioteca pública. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 48-598, mar. 1979.

ARAÚJO, Leda Maria. **Diretrizes para elaboração de uma política pública para bibliotecas públicas no Brasil**. 2022. 250 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2022.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Coordenadoria do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. **Biblioteca Pública: princípios e diretrizes**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2000. (Documentos técnicos; 6).

BUBER, Martin. **Sobre comunidade**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. Resolução CFB n. 245, de 24 de novembro de 2021. Dispõe sobre os parâmetros a serem adotados para a estruturação e o funcionamento das bibliotecas públicas. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, n. 222, p. 271, de 26 nov. de 2021.

DASCAL, Marcelo; ZIMMERMANN, Oscar. *In*: BUBER, Martin. **Sobre comunidade**. São Paulo: Perspectiva, 1987. p. 13-31.

FAILLA, Zoara. O retrato do comportamento leitor do brasileiro. *In*: FAILLA, Zoara (org.). **Retratos da leitura no Brasil 5**. São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2021. p. 23-41.

FEARING, Franklin. A comunicação humana. *In*: COHN, Gabriel. **Comunicação e indústria cultural: leituras de análises dos meios de comunicação na sociedade contemporânea e das manifestações da opinião pública, propaganda e cultura de massa nessa sociedade**. 5. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1987. Cap. 3, p. 56-82.

FEITOSA, Luiz Tadeu. **O poço da draga: a favela e a biblioteca**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desportos, 1998.

FERREIRA, Maria Mary. Políticas públicas de informação e políticas culturais: e as bibliotecas públicas para onde vão? **TransInformação**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 113-122, maio/ago. 2006.

FIGUEIREDO, Nice. **Estudos de uso e usuários da informação**. Brasília, DF: IBICT, 1994.

FLUSSER, Victor. Uma biblioteca verdadeiramente pública. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 131-138, set. 1980.

FONSECA, Edson Nery da. **Introdução à biblioteconomia**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2007.

GARCIA, Maria Lúcia Andrade. O leitor e a biblioteca pública. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 186-197, set. 1975.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

GOLDWASSER, Maria Júlia. Estudos de comunidade: teoria e/ou método? **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 5, n. 1, p. 69-81, jan./jun. 1974.

GOMES, Henriette Ferreira. Mediação da informação e protagonismo social: relações com a vida ativa e ação comunicativa à luz de Hannah Arendt e Jürgen Habermas. *In*: GOMES, Henriette Ferreira; NOVO, Hildenise Ferreira (org.). **Informação e protagonismo social**. Salvador: UFBA, 2017. Cap. 2, p. 27-44.

GOMES, Sônia de Conti. Biblioteca e sociedade: uma abordagem sociológica. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 14-21, mar. 1982.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

KRÜGER, Helmut. Cognição, estereótipos e preconceitos sociais. *In*: LIMA, Marcus Eugênio Oliveira; PEREIRA, Marcos Emanuel (org.). **Estereótipos, preconceitos e discriminação: perspectivas teóricas e metodológicas**. Salvador: UFBA, 2004. Cap. 1, p. 23-40.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1996. (Série temas; 49).

McGARRY, Kevin. **O contexto dinâmico da informação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 1999.

MILANESI, Luís Augusto. **A casa da invenção: biblioteca, centro de cultura**. 3. ed. São Caetano do Sul: Ateliê, 1997.

MILANESI, Luís Augusto. **Biblioteca**. Cotia: Ateliê, 2002.

MILANESI, Luís Augusto. **Biblioteca pública: do século XIX para o XXI**. **Revista USP**, São Paulo, n. 97, p. 59-70, mar./maio, 2013.

MILANESI, Luís Augusto. **O que é biblioteca**. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção primeiros passos; 94).

MILANESI, Luís Augusto. **Ordenar para desordenar: centros de cultura e bibliotecas públicas**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MUMFORD, Lewis. **A cultura das cidades**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1961.

MUSTAFA, Solange Puntel; MURGUIA MARAÑON, Eduardo Ismael. O segredo, a informação e a cidadania. **Revista Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 21, n. 2, p. 203-212, jul./dez. 1992.

NOGUEIRA, Maria Cecília Diniz. A realidade da biblioteca pública. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 205-212, set. 1983.

OLIVEIRA, Nemuel da Silva; MAIO, Marcos Chor. Estudos de comunidade e ciências sociais no Brasil. **Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 26, n. 3, p. 521-550, set./dez. 2011.

PINHEIRO, Ricardo Queiroz. Biblioteca pública: seu lugar na cidade. **CRB-8 Digital**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 27-29, maio, 2009.

RABELLO, Odilia Clark Peres. Da biblioteca pública à biblioteca popular: análise das contradições de uma trajetória. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 19-42, mar. 1987.

RAMOS, Marília Cossich. **Marcos regulatórios para as bibliotecas públicas no Brasil**. 2017. 102f. Dissertação (Mestrado profissional em Biblioteconomia) - Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

RASTELI, Alessandro. **Mediação cultural em bibliotecas: contribuições conceituais**. 2019. 276 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2019.

SANTOS, Milton. 5. ed. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: USP, 2012.

SERRAI, Alfredo. História da Biblioteca como evolução de uma ideia e de um sistema. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 141-161, set. 1975.

SPERRY, Suzana. A verdade oculta na população sobre a biblioteca pública: solução para revisar seu papel. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 22, n. 2, p. 168-180, jul./dez. 1993.

STUMPF, Ida Regina Chitto. Estudo de comunidades visando à criação de bibliotecas. **Revista de Biblioteconomia & Comunicação**, Porto Alegre, v. 3, p. 17-24, jan./dez. 1988.

SUAIDEN, Emir. Biblioteca pública e comunidade. **Revista Interamericana de Bibliotecologia**, Medellín, v. 10, n. 1, p. 33-46, enero/jun. 1987.

SUAIDEN, Emir. **Biblioteca pública e informação à comunidade**. São Paulo: Global, 1995. (Coleção ciência da informação).

SUAIDEN, Emir. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 52-60, maio/ago. 2000.

TARGINO, Maria das Graças. Biblioteconomia, informação e cidadania. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 149-160, jul./dez. 1991.

TARGINO, Maria das Graças. Mediação cultural e mediação da leitura como estratégia de inclusão social: bibliotecas comunitárias. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 16, p. 1-17, jan./dez. 2020.

ULLMANN, Reinholdo Aloysio. **Antropologia: o homem e a cultura**. Petrópolis: Vozes, 1991.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. O perfil das bibliotecas contemporâneas. *In*: RIBEIRO, Anna Carolina Mendonça Lemos; PEREIRA, Pedro Cavalcanti Gonçalves (org.). **Biblioteca do século XXI: desafios e perspectivas**. Brasília, DF: Ipea, 2016. Cap. 1, p. 19-42.

VELHO, Gilberto. Biografia trajetória e mediação. *In*: VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina. **Mediação, cultura e política**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001. Cap. 1, p. 14-28.